

## Luciana G. Gouvêa\*

### Ameaça da dívida pública

No país, mais de 11 milhões de servidores civis formam a espinha dorsal da administração pública. São professores, profissionais da saúde, técnicos, policiais, engenheiros e gestores que mantêm funcionando os serviços essenciais à população. A grande maioria desses trabalhadores recebe salários modestos, muitos sem reajuste há anos, e ainda assim são frequentemente tratados como responsáveis pelo desequilíbrio fiscal. Enquanto isso, uma minoria protegida mantém supersalários que ferem o espírito da Constituição e corroem os cofres públicos.

Em meio à instabilidade econômica internacional e ao impacto das novas taxações impulsionadas pelos Estados Unidos, o governo brasileiro acena com mais um pacote de medidas fiscais que, novamente, transfere a fatura aos de sempre: consumidores, pequenos empreendedores, aposentados, pensionistas e servidores públicos. O cenário é de sufocamento: aumento de tributos, perda de direitos, deterioração dos serviços públicos e esvaziamento da confiança institucional.

Enquanto isso, os supersalários permanecem intocados. Apenas 0,23% dos servidores recebem acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 39,2 mil, o equivalente a 35,6 vezes o salário mínimo. Alguns vencimentos ultrapassam R\$ 100 mil mensais, inflados por penduricalhos e brechas

legais. Só esse grupo restrito consome cerca de R\$ 2,6 bilhões por ano, valor suficiente para financiar um ano de Bolsa Família para mais de 1 milhão de famílias em situação de vulnerabilidade.

A contradição salta aos olhos: o governo diz querer proteger os pobres e tributar os ricos, mas continua favorecendo uma elite funcional enquanto penaliza quem mais depende de estabilidade, serviços públicos e respeito aos direitos conquistados.

Neste contexto, a responsabilidade pela mudança é de todos nós, especialmente dos próprios servidores, aposentados, pensionistas e consumidores conscientes. Ações aparentemente simples, como revisar extratos bancários, contracheques, cálculos previdenciários e reajustes legais, podem ser o divisor de águas entre a perda silenciosa de um direito e a reconquista da dignidade.

Em um país onde o desrespeito se naturalizou, vigiar os próprios direitos é um ato de resistência democrática. Justiça não é um favor, é uma conquista. E para qualquer conquista, agir é preciso.

**\*Advogada. Especialista em Proteção Legal Patrimonial e Proteção Ética e Legal Empresarial, informação e entrega de direitos. Especialista na área de inovação e tecnologias**

## PINGA-FOGO

■ **ENCONTRO DA DIREITA** - O Hotel Tangará, para muitos o Copacabana Palace de São Paulo, foi o palco de uma demonstração de unidade da direita, em dose dupla, durante o encontro promovido pelo grupo Esfera. O primeiro painel reuniu todos os presidentes de partidos mais à direita: Antônio Rueda, União Brasil; Baleia Rossi, MDB; Renata Abreu, Podemos (única mulher no time); Gilberto Kassab, PSD; e Valdemar Costa Neto, PL. Em todos uma posição comum: estarão juntos em 2026. A direita vai sair unida e com grandes chances já no primeiro turno.

■ **QUANDO SETEMBRO CHEGAR...** - O presidente da Federação PP/União Brasil, Antônio Rueda, deu a dica no painel que participou: Setembro é a data limite para definir desembargo do União Brasil e PP do Governo Lula.

■ **DIREITA UNIDA** - Na outra mesa do Seminário Brasil Hoje, em São Paulo, estavam os Governadores Cláudio Castro, Romeu Zema, Ronaldo Caiado (os três assumidamente de direita) com Helder Barbalho (que sonha em ser o Vice do Lula) e Raquel Lyra do PSD, também mais à direita. Todos com o discurso da união da direita para 2026, menos Helder que preferiu ficar em cima do muro.

■ **O SHOW DE CIRO** - O primeiro painel teve como mediador o senador Ciro Nogueira, com a participação do Governador Tarcísio de Freitas e do Prefeito Ricardo Nunes. Outro painel no qual a direita deu o recado de união. Ciro deu um show como moderador para alegria de Tarcísio de Freitas, que ganhou rasgados elogios.

■ **A VIRADA À DIREITA DE CAMARGO** - O curioso foi o comentário de um jornalista presente: "Este evento do Esfera de João Camargo no Tangará deixou o Lide de João Dória como reduto da esquerda...". O curioso é que o Esfera surfou inicialmente em uma onda mais à esquerda e aliado ao Governo Lula, enquanto João Dória ainda tinha resquício de sua campanha anti-PT.

■ **O Fórum do Lide**, no Rio, realizado na sexta, 22, teve mais petistas do que o evento do Esfera em São Paulo. Um evento muito mais sintonizado com a direita e com agenda pró-Faria Lima. Para Tarcísio de Freitas e Ronaldo Caiado serviu como um grande palanque eleitoral para as suas candidaturas. Camargo sabe identificar para onde sopram os ventos favoráveis de 2026.

■ **OS NOVOS CANDIDATOS DO RIO** - Se a direita está unida, a sucessão do Rio seguiu o mesmo rumo com o pré-lançamento do prefeito de Belford Roxo, Márcio Canella, como candidato a governador em 2026 pelo União Brasil. Outra candidatura que surge e foi publicada em primeira mão pelo site Metrôpolises é do ex-presidente do Flamengo Rodolfo Landim, pelo Progressistas. Os dois podem acabar juntos, dentro do espírito da Federação.



### No Fórum Esfera, em SP, Cláudio Castro destaca resultados das ações ambientais desenvolvidas pelo Governo do Rio



**Painel "Entre estados e futuro: liderança em debate", reuniu o governador do Rio, Cláudio Castro; a governadora da Pernambuco, Raquel Lyra; o governador de Minas, Romeu Zema; o governador de Goiás, Ronaldo Caiado; e o governador do Pará, Helder Barbalho; mediação de Jaime Spitzcovsky**



**Logo após a abertura do III Seminário Brasil Hoje, o primeiro painel reuniu Gilberto Kassab, presidente do PSD; Antonio Rueda, presidente do União Brasil; Baleia Rossi, presidente do MDB; Renata Abreu, presidente do Podemos; Valdemar Costa Neto, presidente do PL. A mediação foi do jornalista Márcio Gomes**



**O governador Cláudio Castro cumprimentando o governador de Goiás, Ronaldo Caiado**

O governador do Rio, Cláudio Castro, participou, nesta segunda-feira (25), do Fórum Esfera, realizado em São Paulo. No encontro, que reuniu governadores, congressistas e importantes lideranças brasileiras, Castro apresentou os resultados da política ambiental desenvolvida no Rio de Janeiro.

"Nós transformamos o programa Limpa Rio no maior projeto de desassoreamento e recuperação de rios da história do estado. São R\$ 100 milhões investidos por ano e mais de 900 rios já limpos, alguns mais de uma vez. Esse trabalho, aliado à concessão da água, desenvolveu à população praias que estavam impróprias há mais de duas décadas e que hoje já podem ser frequentadas novamente, como as de Flamengo, Botafogo, Glória e Paqueta", destacou o governador.

No painel "Entre estados e futuro: liderança em debate", estiveram presentes os governadores de Pernambuco, Raquel Lyra, de Minas Gerais, Romeu Zema, de Goiás, Ronaldo Caiado e do Pará, Helder Barbalho.

#### Liderança nacional e integração

Diante de um público formado por investidores e empresários, Cláudio Castro também abordou os desafios políticos e econômicos do Brasil. Ele defendeu a superação das polarizações e o fortalecimento de iniciativas de cooperação entre estados, como o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), que estimulam não apenas o diálogo, mas também resultados concretos de gestão. "Quanto mais estados se unem, mais conseguimos transformar a realidade e gerar impacto positivo para a população", afirmou.

## Fernando Molica

### Centrão fica com seus interesses

Os últimos movimentos do Centrão ampliado reforçam que o grupo, diferentemente dos bolsonaristas, não está disposto a promover ou apoiar um sacrifício coletivo em prol da liberdade do ex-presidente.

Como no velho ditado que separa amigos dos negócios, o Centrão mostra, pela enésima vez, que é solidário até na morte: vai ao velório, manda flores, cumprimenta parentes do finado, acompanha o enterro — mas não pula na cova.

As apurações da Polícia Federal, a denúncia da Procuradoria-Geral da República e as decisões do Supremo Tribunal Federal favorecerem não apenas Lula e o PT, mas também o Centrão. Permitem a esses partidos incorporarem um bolsonarismo sem Jair Bolsonaro, expurgado, portanto, de teimosias e radicalismos.

O xeque-mate judicial que o ex-capitão está prestes a tomar representa assim uma grande oportunidade para esse grupamento um tanto quanto amorfo de partidos que, apesar do viés conservador, têm em comum a prática de subordinar ideologia aos interesses de seus integrantes.

A decretação de sua ineligibilidade e as prováveis condenação e prisão do ex-presidente dele retiraram parte relevante do seu capital político. Continua a ser dono de uma quantidade expressiva de votos, mas

isso não muda o fato de que seu próximo destino deverá ser a cadeia.

Se o roteiro for cumprido, Bolsonaro, de grande distribuidor de cartas, passará a ser refém dos seus aliados. Ele, que até agora evita apontar qualquer candidato à Presidência, será obrigado a aceitar o nome que viver a ser decidido por seus aliados.

Ele poderá reclamar, estimular que seus filhos façam uma nova rodada de xingamentos, mas terá que pensar duas vezes antes de chutar o balde. Sabe que sua eventual saída da prisão dependerá da vitória de alguém que se comprometa em comprar a briga por sua anistia.

Não que Bolsonaro tenha perdido todos os seus poderes, ele — como mostram as pesquisas — terá um papel decisivo no processo eleitoral, mesmo que recolhido a uma cela. Mas o ex-presidente sabe que o slogan "Só voto em Bolsonaro", colocado nas redes a partir da semana passada, é relativo.

Na hora do pega pra votar, a polarização que ele tanto estimulou tende a entregar duas opções ao eleitor: Lula e um dos que brigam pelo espólio bolsonarista. Não é difícil imaginar qual será a opção dos cidadãos que babam de ódio à simples visão da estrelinha vermelha.

É difícil imaginar que os adeptos mais radicais do ex-presidente terão disposição e

capital político suficientes para bancarem a indicação de um candidato que incorpore de maneira mais completa o ideário de Bolsonaro; por exemplo, um integrante da família.

Por mais que tenha comemorado, em 2018, a interrupção de vitórias petistas, a política mais tradicional e setores relevantes do empresariado não gostam dos arroubos típicos do ex-presidente, dos cavalos de pau, das mudanças de rota, de atitudes como o negacionismo em relação a vacinas: todas essas turbulências são prejudiciais aos negócios.

A confusão em que o ex-presidente se meteu permite a seus apoiadores mais ao centro uma perspectiva bem mais tranquila, a da eleição de um parceiro menos radical, ainda que ungido pelo voto bolsonarista. A movimentação, nos últimos dias, de caciques do Centrão e de possíveis candidatos ao trono da direita — entre eles, o agora mais soltinho Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo — mostra que jogo esquentou.

Independentemente de Donald Trump e dos xingamentos de Carlos e Eduardo Bolsonaro, o ex-presidente já começou a ser escanteado. O pior pra ele é que, desta vez, sequer será possível reclamar de traição. Ele vai precisar cada vez mais das peças que ficarão do lado de fora da cadeia.

## Tales Faria

### Congresso arma campo minado

Há um verdadeiro campo minado no Congresso a que a população será submetida neste semestre.

As primeiras bombas podem explodir já na votação do projeto de isenção de pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, mas a causa real não é só a má vontade de parte do Congresso em atender ao andar de baixo da população.

A má vontade que pode explodir na votação do IR, desta vez, é com o ministro Flavio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem atuado como relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) relativas às emendas parlamentares.

O ministro determinou que a Polícia Federal (PF) investigue possíveis irregularidades de emendas parlamentares conhecidas como "emendas Pix", que somam R\$ 694 milhões em repasses do Orçamento da União. A medida tem como alvo 964 emendas aprovadas entre 2020 e 2024 e que não tiveram plano de trabalho cadastrado no sistema oficial do governo.

Desde o ano passado Dino e o Congresso têm batido de frente por conta da falta de transparência na aplicação dessas emendas. Cada vez que é fechado um acordo para o ministro liberá-las, o Congresso encontra brechas para não

abrir totalmente a caixa preta. A forma de pressão encontrada pelos parlamentares é sempre esticar a corda em projetos de interesse do governo — como este agora do IR — para que o Executivo pressione o STF a aceitar um novo acordo. Já foram fechados e rompidos quatro acordos desde o ano passado.

Desta vez, se o governo não resolver o problema com Flávio Dino para o Congresso, os deputados podem não aprovar compensações tributárias para cobrir o furo causado no Orçamento pela isenção a quem ganha até R\$ 5 mil. Sobrará para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), então, cortar em programas sociais às vésperas da eleição presidencial de 2026. É mole?

Mas há mais problemas pela frente para o governo, no campo minado do Congresso neste semestre. Um deles se chama reforma administrativa. Quem acendeu o pavio foi o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ele anunciou que tratará o tema como prioridade e já pautou uma Comissão Geral no plenário sobre a reforma administrativa para o próximo dia 3.

Essa é o tipo da reforma que mexe com lobbies superpoderosos do serviço público, como juizes, promotores, policiais, professores, servidores do Legislativo e militares. To-

dos em busca de mais ganhos às vésperas de eleições. Em vez de cortar custos, o risco é de a reforma produzir mais gastos. Por isso tem sido evitada pelos governos, que preferem tratar o assunto no varejo, caso a caso. Longe de eleições.

O outro campo minado são os embates entre os parlamentares e a Polícia Federal por conta de investigações criminais. Congressistas de quase todos os partidos se sentem ameaçados por ordens de prisão e de busca e apreensão pedidas pela PF e autorizadas pela Justiça.

Deputados e senadores querem aprovar as chamadas "prerrogativas parlamentares" que estão prestes a entrar na pauta de votações por determinação do Conselho de Líderes da Câmara. O presidente Hugo Motta já manifestou publicamente simpatia pela tese. Só espera o aceite do Conselho de Líderes e um momento cuja aprovação da matéria não chame tanta atenção.

Afinal, a ideia não é das mais populares: parlamentares que cometam crimes comuns só poderão ser detidos ou sofrer busca e apreensão se a ordem judicial for votada e aprovada pelo Parlamento. Caso contrário, a investigação pode parar.

Por essas e outras as próximas semanas prometem muita emoção no Congresso.